

Revolução Russa e livros didáticos: mais motivos para lamentar do que para celebrar

Jane Santos da Silva¹
Lair Amaro dos Santos Faria²

RESUMO

O ano de 2017 marca o centenário da Revolução Russa e é de se esperar que a data seja comemorada ao redor do mundo. Imaginando que alunos poderiam interessar-se sobre o assunto, os autores resolveram fazer um levantamento sobre a apresentação da Revolução em livros didáticos dos segmentos Fundamental e Médio. O objetivo central foi identificar acertos e incorreções à luz da historiografia especializada e destacar o viés ideológico subjacente ao material pesquisado. A metodologia consistiu em, primeiramente, entabular um breve apanhado da historiografia e, em seguida, detalhar a escrita sobre a Revolução em três livros didáticos – sendo um voltado para o Ensino Fundamental e dois para o Ensino Médio. Como conclusão, os autores reconhecem que os livros didáticos selecionados oferecem mais motivos para lamentar do que para celebrar a Revolução de 1917.

Palavras-chave: Ensino de História, Livro Didático, Revolução Russa

Russian Revolution and textbooks: more reason to mourn than to celebrate

ABSTRACT

The year 2017 marks the centenary of the Russian Revolution and it is to be expected that the date will be celebrated around the world. Imagining that students might be interested in the subject, the authors decided to make a survey about the presentation of the Revolution in textbooks of the Fundamental and Middle segments. The central objective was to identify

1 Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Escola de Educação / Departamento de Fundamentos da Educação. Grupo de Pesquisa “Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira - NEPEHB/HISTEDBR”. E-mail: jane64santos@gmail.com.

2 Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Grupo de Pesquisa “Laboratório de História das Experiências Religiosas” UFRJ. E-mail: lair_amaro@yahoo.com.br.

correctness and inaccuracies in the light of specialized historiography and to highlight the ideological bias underlying the researched material. The methodology consisted in, firstly, a brief survey of historiography and then detailing the writing about the Revolution in three textbooks - one focused on Elementary School and two on High School. In conclusion, the authors acknowledge that the selected textbooks offer more motives to mourn than to celebrate the 1917 Revolution.

Keywords: History textbook, Russian Revolution, History Teaching

Revolución Rusa y libros de texto: más razones para llorar que para celebrar

RESUMEN

Para el año 2017 se cumple el centenario de la Revolución Rusa y se espera que la fecha se celebra en todo el mundo. Imaginando que los estudiantes podrían estar interesados en el tema, los autores decidieron hacer una encuesta de la Revolución de la presentación de los libros de texto de los segmentos primarios y secundarios. El principal objetivo fue identificar los éxitos y las imprecisiones a la luz de la historiografía especializada y resaltar el sesgo ideológico subyacente al material investigado. La metodología consistió, en primer lugar, hacer un breve resumen de la historiografía y, a continuación detalladamente la escritura en la Revolución en tres libros de texto - y uno se enfrenta la primaria y dos para la escuela secundaria. En conclusión, los autores reconocen que los libros de texto seleccionados ofrecen más razones para llorar que celebrar la revolución de 1917.

Palabras clave: Libro de texto, Enseñanza de la Historia, Revolución Rusa

I. O ano de 2017 deverá ser lembrado, em todos os continentes, pelo centenário da revolução que destronou um czar e levou a classe trabalhadora ao poder. Esperam-se celebrações exaltadas e difamações acentuadas. Aliás, não será preciso esperar tanto assim, pois os ataques já começaram. O historiador britânico Max Hastings, escrevendo para um site conservador também britânico em 2016, vaticinava: "O centenário da Revolução Russa deveria ser lamentado, não celebrado".

Para o bem e para o mal, a Revolução Russa está presente no Currículo Mínimo de História sugerido pela Secretaria de Estado de Edu-

cação do Rio de Janeiro. De acordo com o documento, a Revolução deve ser ministrada para as turmas do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

No que tange às turmas do Ensino Fundamental, o Currículo Mínimo (CM) estabelece que o tema seja lecionado no 2º bimestre do ano letivo. Cumpre sublinhar que, neste bimestre, o CM igualmente propõe que os professores de História dividam seus tempos para também ensinar o assim chamado “Período entreguerras”, ligando-o à crise econômica e social e à ascensão do nazifascismo.

Concluída, ou não, a transmissão do conteúdo referente ao período entreguerras, o aluno então será apresentado às “Revoluções socialistas: Rússia, China e Cuba”. Essas três revoluções deverão ser operacionalizadas, tendo em vista as seguintes habilidades e competências:

- Caracterizar os processos revolucionários de matriz socialista;
- Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

Para as turmas do 3º ano do Ensino Médio, o tema também deve ser transmitido no 2º bimestre. Com uma carga adicional de conteúdo, cumpre que se diga. Pois o CM estipula que neste período de dois meses de aulas e aplicação de três instrumentos avaliativos, o professor de História ensine sobre “os sistemas totalitários na Europa do século XX; nazifascismo, ditaduras na América Latina e Estado Novo no Brasil” e mais os “Processos revolucionários do século XX (Rússia e Cuba)”. No que se refere a esse último tópico, aguarda-se que sejam trabalhadas as seguintes habilidades e competências:

- Comparar os movimentos sociais que contribuíram para mudanças em processos de disputas pelo poder;
- Analisar os diferentes processos de produção e circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais;
- Identificar as diferenças de movimentos revolucionários socialistas: Rússia e Cuba.

De posse dessas sugestões, o professor deve, então, avaliar suas possibilidades, consultar o livro didático em uso na sua unidade de ensino e elaborar sua estratégia. A partir dessa situação, ou seja, a necessidade de o docente apoiar-se no material didático para a preparação de sua aula, surgiram as questões que motivam o atual trabalho: considerando-se os livros didáticos à disposição, o que educadores e educandos

podem aprender sobre a Revolução Russa? Estes mesmos livros didáticos dão conta das habilidades e competências que se espera que sejam desenvolvidas?

II. A análise dos livros didáticos a ser empreendida no tópico III demanda uma compreensão prévia dos sentidos da Revolução Russa. Para esse fim, cumpre traçar um panorama do evento, tomando-se como referencial autores que se dedicaram ao assunto. Não se pense, por sua vez, que os autores selecionados o foram por serem portadores da “verdade dos fatos” ou porque oferecem a interpretação mais correta do evento, mas porque alguns deles são mencionados nas bibliografias dos livros didáticos. Com efeito, abre-se, inclusive, um viés de análise, ou seja, os usos que os autores dos livros didáticos fazem da historiografia consultada. À proporção que este trabalho visa esmiuçar a ideologia que modela os discursos empregados nos materiais didáticos, as omissões e distorções observadas permitirão apontar as tendências de cada autor.

Eric Hobsbawm (1995) apresenta a Revolução Russa – ou a “Revolução Bolchevique de 1917” – dentro de um quadro esquemático em que o evento somente pode ser compreendido como parte do processo histórico mais amplo, que ele denomina como “O Breve Século XX”. Ou seja, a Revolução Russa não pode ser estudada de maneira isolada, sem pesar sua inter-relação com outros processos concomitantes na Europa e na Ásia e sem refletir nos seus impactos mundiais.

Assim, Hobsbawm salienta as repercussões “muito mais profundas e globais” da Revolução Russa se comparadas às da Revolução Francesa. Mais que isso, ele exalta o fato de que a Revolução de Outubro “produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna” (HOBBSAWN, 1995, p. 62).

Em linha de raciocínio semelhante, Wendy Goldman postula sobre como a Revolução e seus frutos foram capazes de fornecer modelos para a política e outros eventos ao longo do século XX. Com efeito, ela sublinha:

Ativistas e revolucionários de todo o mundo se basearam no legado da Revolução, inspirados pelos sonhos revolucionários. Gerações sucessivas, fascinadas pela Revolução, participaram das grandes lutas dos trabalhadores industriais e das rebeliões camponesas dos anos 1930, da resistência antifascista da Segunda Guerra Mundial, de movimentos anticolonialistas e anti-imperialistas, do grande ascenso estudantil nos

anos 1960 e 1970, e dos mais recentes protestos do novo milênio (GOLDMAN, 2014, p. 9).

Não obstante, como salienta Emir Sader, as bibliografias tendem a ser reducionistas e limitam-se a analisar a URSS como se fizesse parte de “um capítulo do debate sobre o totalitarismo”, deixando de encará-la “como uma tentativa de construção de um Estado de natureza social distinta do capitalismo” (SADER, 2000, p. 42).

III. Livros didáticos, mais do que apoio para o processo ensino/aprendizagem de História, transportam discursos ideológicos de seus autores. Com efeito, labora em erro quem dissocia o material didático, do qual os livros didáticos constituem um componente fundamental, de seu papel como “instrumento de controle do ensino por parte dos diversos agentes do poder” (BITTENCOURT, 2008, p. 298).

Nesse sentido, convém discernir, na análise de livros didáticos, a ideologia, explícita ou implícita, que informa as escolhas e, por conseguinte, os discursos apresentados e, como sugere Circe Bittencourt, estar atento aos aspectos formais, ao conteúdo histórico escolar e ao seu conteúdo pedagógico (BITTENCOURT, 2008, p. 311).

No que tange à crítica da forma, Bittencourt postula que procede observar a maneira como cada página “apresenta as informações – boxes, uso de itálico e/ou negrito para termos ou conceitos básicos – e as variadas ilustrações, coloridas ou não” (BITTENCOURT, 2008, p. 312).

O processo de aferição dos conteúdos históricos escolares implica, conforme Bittencourt, a “análise da bibliografia, assim como da seleção de documentos ou excertos de determinadas obras historiográficas”, para, por meio desse expediente, perceber a “tendência histórica predominante” (BITTENCOURT, 2008, p. 313).

Por fim, Bittencourt assinala ser importante atentar para o “conjunto de atividades contidas em cada parte ou capítulo” (BITTENCOURT, 2008, p. 314). Esta última consiste na análise do conteúdo pedagógico à proporção que as atividades apresentadas e a sua ordenação no decorrer do texto ligam-se a como os autores pensam o processo de ensino/aprendizagem. Por conseguinte, este item reveste-se de importância, pois sua análise conduz à percepção da “coerência do autor em sua proposta de fornecer condições de uma aprendizagem que não se limite a memorizações de determinados acontecimentos ou fatos históricos, mas permita ao aluno o desenvolvimento de suas capacidades

intelectuais” (BITTENCOURT, 2008, p. 315). A partir das premissas aqui expressas, apresentamos três livros didáticos que pertencem à listagem do MEC e são muito utilizados nas escolas, principalmente públicas.

Projeto Araribá: História

O Projeto Araribá não indica um autor específico de cada um de seus livros, pontuando tratar-se de uma “obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna” sob a responsabilidade geral de Maria Raquel Apolinário. Sua apresentação pondera que os livros da coleção foram feitos para o aluno “gostar de estudar História e descobrir que os conteúdos da disciplina estão muito próximos da realidade” tanto do aluno, quanto da escola e do país.

Sua abordagem da Revolução Russa integra a Unidade 3 que, por sua vez, é intitulada “A Primeira Guerra e a Revolução Russa”. A Revolução ocupa dois capítulos: “A Rússia dos czares” e “A revolução socialista na Rússia”. Em torno do primeiro, o livro indica como a ideia central que permeará o capítulo: “O autoritarismo do czar acirrou os conflitos do governo com os trabalhadores urbanos e camponeses” (APOLINÁRIO, 2007, p. 86). Acerca do capítulo posterior, a ideia central é definida como: “A revolução na Rússia pôs fim ao governo do czar e levou à criação da União Soviética, em 1922, instalando o primeiro regime socialista da história” (APOLINÁRIO, 2007, p. 88).

Olhadas as ideias centrais em conjunto, pode-se especular que os autores consideram que a causa primeira da Revolução se encontra no autoritarismo do czar, capaz de despertar o protagonismo das massas, as quais, derrubando o czar, promoveram a instalação do primeiro regime socialista da história. Cumpre, todavia, não avaliar precocemente esse raciocínio do livro, pois as lacunas e falsas suposições que as ideias centrais suscitam podem ser uma estratégia dos autores. Implica dizer, as ideias centrais colocadas em destaque podem ser um gancho para professores incentivarem a curiosidade dos alunos.

No capítulo intitulado “A Rússia dos czares”, o processo histórico foi subdividido em quatro marcadores: 1. O fim da servidão na Rússia; 2. Um país de contrastes; 3. O Domingo Sangrento e a Revolução de 1905 e 4. A Rússia na Primeira Guerra Mundial. O capítulo seguinte, “A revolução socialista na Rússia”, conta o processo histórico em seis marcadores: 1. Bolcheviques e mencheviques; 2. A Revolução de Fevereiro; 3. A Revo-

lução de Outubro; 4. A guerra civil e o comunismo de guerra; 5. A Nova Política Econômica e 6. A ditadura de Stalin.

O coletivo de autores, assim, distingue a sociedade russa, “desde o século XVI até a revolução de 1917”, dividida basicamente entre o czar e as elites que o apoiavam, em um polo, e os camponeses, pobres, analfabetos, vivendo em regime de servidão, no outro polo (APOLINÁRIO, 2007, p. 86). O fim da servidão, por sua vez, resultou do processo de modernização da Rússia, ensejado pelo czar para que o país saísse do atraso em que se encontrava. Não obstante, os camponeses não se sentiram contemplados com seu novo status civil e, conforme o coletivo de autores, reagiram com “revoltas em todo o país, as quais foram rápida e brutalmente reprimidas pelas tropas do czar” (APOLINÁRIO, 2007, p. 86).

Em seguida, o coletivo de autores opta por reiterar a noção de que a Rússia era “um país de contrastes”. Implica dizer, a industrialização – e, assim se infere, a urbanização – convivia com a miséria no campo. Ademais, o proletariado estava sujeito a uma “extrema exploração” que, por sua vez, “provocou greves, ampliou a atuação dos sindicatos e facilitou a influência das ideias socialistas de Karl Marx e Friedrich Engels” (APOLINÁRIO, 2007, p. 86).

Ao virar a página, docente e discentes se deparam com dois subtítulos: “O Domingo Sangrento e a Revolução de 1905” e “A Rússia na Primeira Guerra Mundial”. No que se refere ao primeiro marcador, o coletivo de autores sublinha os antecedentes do episódio conhecido como Domingo Sangrento. Ou seja, a malfadada guerra da Rússia contra o Japão pelo controle da Manchúria no bojo da “política expansionista do czar Nicolau II” (APOLINÁRIO, 2007, p. 87). Assim, a derrota acentuou as tensões sociais no interior do país.

Nesse sentido, “operários em greve e suas famílias dirigiram-se ao palácio do czar, em São Petersburgo, com um abaixo-assinado reivindicando direito de greve, melhores condições de vida e a convocação de uma Assembleia Constituinte” (APOLINÁRIO, 2007, p. 87). Cabe, portanto, questionar: quais dessas demandas dos trabalhadores teve influência das ideias socialistas de Marx e Engels? Havia algum sindicato por trás das mobilizações? Ou foi tudo espontaneamente realizado?

Que não se espere obter qualquer resposta às indagações acima, pois o coletivo de autores escreve “no automático”, reproduzindo uma dada visão padrão sobre os acontecimentos que culminaram no Domingo Sangrento. Com efeito, a violenta repressão, com o saldo de centena de mor-

tos, originou os soviets, “conselhos de representantes eleitos pelos operários, camponeses e soldados” (APOLINÁRIO, 2007, p. 87). Dessa maneira, fica-se com a nítida impressão que sem o Domingo Sangrento não haveria soviets. Uma noção até certo ponto teleológica da história. Mais que isso, o coletivo de autores afirma que o episódio de 1905 pode ser considerado “um ensaio geral para a Revolução de 1917” (APOLINÁRIO, 2007, p. 87).

A narrativa do processo histórico, no entanto, dá um salto temporal substantivo, deixando um vácuo considerável. Assim, professor e estudantes tomam ciência que o czar lançou a Rússia na Primeira Guerra Mundial com o objetivo de “dominar o acesso do Mar Negro ao Mar Mediterrâneo e afastar a influência do Império Austro-Húngaro na Península Balcânica” (APOLINÁRIO, 2007, p. 87). Pois bem, entre 1905 e o ingresso da Rússia na guerra – em ano não especificado pelo coletivo de autores – como estava a vida dos trabalhadores e dos camponeses? As “ideias socialistas de Marx e Engels” ainda circulavam? Os soviets ainda pressionavam o czar?

A despeito de mais perguntas sem respostas, o coletivo de autores assevera que a guerra resultou, para a Rússia, no “crescimento das rebeliões populares e das greves operárias, inflação desenfreada, redução da produção agrícola, gerando fome, e revoltas de soldados que combatiam nas frentes de batalha” (APOLINÁRIO, 2007, p. 87). Todavia, os desdobramentos desse cenário caótico só se farão presentes quando professor e estudantes, virando a página, encontrarem o próximo capítulo intitulado “A revolução socialista na Rússia”.

Assim, “Bolcheviques e mencheviques” trata da criação do Partido Operário Social-Democrata Russo e a divisão interna ocasionada pela “crise social e política” na Rússia (APOLINÁRIO, 2007, p. 88). Entretanto, o coletivo de autores relega ao esquecimento as demais agremiações políticas que se formaram na época e que igualmente albergavam projetos de poder. Em seguida, menciona-se a constituição de “uma situação revolucionária na Rússia” no mês de fevereiro de 1917.

Estudantes sagazes podem, diante desta informação, perguntar-se: e o que ocorreu no intervalo entre 1905 e 1917? Ou seja, o processo histórico é transmitido aos alunos com lacunas consideráveis. Como se os trabalhadores russos houvessem ficado letárgicos, apesar das condições de vida precárias.

A assim chamada situação revolucionária de fevereiro viu surgir, consoante o coletivo de autores, a liderança do soviete de Petrogrado que era controlado “pelos mencheviques e socialistas revolucionários”

(APOLINÁRIO, 2007, p. 88). Este soviete, por sua vez, pressionou a Duma (Parlamento russo) para nomear um novo governo. Com efeito:

Formou-se assim um governo de coalizão, que aglutinava mencheviques e vários partidos reunidos em torno de um programa liberal. Diante dos acontecimentos, o czar foi obrigado a renunciar. A monarquia czarista foi substituída por uma república liberal, dirigida pelo menchevique Kerensky, que proclamou as liberdades fundamentais e anistiou os presos políticos (APOLINÁRIO, 2007, p. 88).

Contudo, a permanência da Rússia no front da Primeira Guerra Mundial agravava a vida dos trabalhadores e camponeses. Isso, conforme o coletivo de autores, “anunciava a eclosão de um novo processo revolucionário” (APOLINÁRIO, 2007, p. 88). E foi justamente o que ocorreu meses depois. Vladimir Lenin, ao regressar do exílio, “convenceu os bolcheviques de que era necessário fazer a revolução socialista e tomar o poder” (APOLINÁRIO, 2007, p. 89). Os bolcheviques “depuseram o governo de Kerensky” e, sob a liderança de Lenin e Trotsky, “assumiram o poder” (APOLINÁRIO, 2007, p. 89).

No entanto, não foi tranquila a governança dos bolcheviques. Os “inimigos da revolução” partiram para a ofensiva contra o novo governo, originando uma guerra civil. Esta guerra suscitou várias dificuldades e, sublinha o coletivo de autores, “os rumos tomados pelo Partido Bolchevique, entre outros fatores, em pouco tempo conduziram a Rússia para o totalitarismo” (APOLINÁRIO, 2007, p. 89).

Virando a página, professor e estudantes são apresentados à guerra civil e ao comunismo de guerra. Assim, a guerra que contrapôs o Exército Branco ao Exército Vermelho acarretou dificuldades imensas para o país. Diante deste quadro, Lenin estabeleceu o comunismo de guerra. Segundo o coletivo de autores, este programa:

Definiu o confisco das colheitas no campo para abastecer os soldados e a população urbana; a suspensão da liberdade de imprensa, de greve e de associação; os partidos menchevique e socialista revolucionário foram proibidos; e o czar e sua família, que estavam presos, foram executados (APOLINÁRIO, 2007, p. 90).

Mas a economia russa demandava medidas urgentes. O X Congresso do Partido Comunista da Rússia aprova, por conseguinte, a Nova

Política Econômica (NEP). Esta política tinha por princípio “desenvolver aspectos capitalistas da economia russa” e salvar o “regime socialista recém-estabelecido” (APOLINÁRIO, 2007, p. 90).

Como o coletivo de autores despreocupou-se de ofertar dados estatísticos acerca do sucesso ou do insucesso da NEP, docente e discentes ficam à mercê da imaginação ou recorrem a outros livros. Contudo, pode-se conjecturar que, se a NEP houvesse sido um fracasso, o coletivo de autores não se furtaria a mencionar seus resultados negativos.

Na sequência do capítulo, toma-se contato com o próximo marcador: “A ditadura de Stalin”. Assim, a morte de Lenin trouxe à tona uma disputa de poder entre os dirigentes Trotsky e Stalin. Disputa esta que envolvia, acima de tudo, visões diametralmente opostas acerca dos rumos da revolução bolchevique.

Consoante o coletivo de autores, com a vitória de Stalin teve início uma ditadura que durou até a sua morte em 1953. Por meio da “coletivização forçada da agricultura”, Stalin objetivou “destruir a classe dos camponeses prósperos (*kulaks*) e obrigá-la a aderir às fazendas coletivas” (APOLINÁRIO, 2007, p. 91). A resistência dos *kulaks*, portanto, resultou em prisões, execuções e deportações para regiões distantes. Em suma, Stalin logrou êxito e a “classe dos *kulaks* foi eliminada da União Soviética” (APOLINÁRIO, 2007, p. 91).

Mais que isso, Stalin implantou o “terror no país”. Deportações para campos de trabalho forçado, criados pelo regime, tornaram-se uma constante. O coletivo de autores que até então não havia ofertado quaisquer dados estatísticos, positivos ou negativos, em torno das medidas adotadas pelo governo bolchevique anterior, teve a preocupação de trazer para professores e estudantes o “saldo final” da ditadura stalinista: cinco milhões de presos e cerca de 500 mil executados (APOLINÁRIO, 2007, p. 91). Assim, encerrando em definitivo o capítulo referente à Revolução Russa, o coletivo de autores escolheu inculpir na memória de seus jovens leitores e vestibulandos a informação de que Stalin foi o responsável pela eliminação de “toda a velha guarda bolchevique”.

História em foco

O professor e Mestre em História Divalte Garcia Figueira aborda a Revolução Russa dentro da Unidade II de seu livro direcionado para turmas do 3º ano do Ensino Médio. Esta Unidade, por sua vez, é encabe-

çada com o título “Uma era de incertezas” e compreende os seguintes eventos históricos: a Primeira Guerra Mundial; a Revolução Russa; a República do “café com leite” no Brasil; a economia na República oligárquica; Brasil: exclusão e revolta; os regimes fascistas; Brasil: crise e revolução na República dos coronéis; a Segunda Guerra Mundial; os primeiros anos da Era Vargas.

À proporção que a Revolução Bolchevique se insere na assim chamada “Era de incertezas”, cumpre indagar com qual sentido o autor utiliza o termo, no que parece ser uma alusão à divisão do tempo histórico em eras por Hobsbawm e uma referência longínqua aos livros organizados por Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha, que desenharam um panorama eurocêntrico da história do ocidente no século XX e no qual a Revolução Russa está incluída no segundo volume que tem como subtítulo “O tempo das crises”.

Assim, na página que abre a Unidade e antecede os capítulos, Figueira escreve para docentes e discentes que:

Entre 1871 e 1914, durante a chamada belle époque, a sociedade europeia, liberal e capitalista, passou por uma das fases de maior prosperidade. O desenvolvimento industrial trouxe para boa parte da população um conforto nunca antes experimentado, enquanto a ciência e a técnica abriam possibilidades inimagináveis de comunicação e transporte. Entretanto, as disputas territoriais entre as potências criavam um clima de instabilidade constante. O risco de um confronto pairava no ar. Até que, em 1914, as previsões se confirmaram, com o início daquela que ficaria conhecida como a Primeira Guerra Mundial. Discuta com seus colegas a seguinte questão: os governantes costumavam dizer que aquela seria a “guerra que ia acabar com todas as guerras”. Por que eles diziam isso, na sua opinião?(FIGUEIRA, 2011, p. 51)

Fica evidente que, com este texto introdutório e com a atividade em grupo proposta, não há como docentes e discentes discernirem porque os processos históricos que integram a Unidade II cabem todos no mesmo enquadramento de uma “Era de Incertezas”. Com efeito, texto e atividade apontam explicitamente para a Primeira Guerra Mundial que, por sinal, consiste no primeiro capítulo da Unidade II.

Mesmo que se alegue que é por demais óbvio que os anos compreendidos entre o início da Primeira Guerra Mundial e o fim da Segun-

da Guerra formam uma “era de incertezas”, convém indagar por que o processo histórico que principia a Unidade III, ou seja, a Guerra Fria, não representa também algum tipo de incerteza. A propósito, não viviam as nações, naquela época, debaixo da incerteza quanto à eclosão, abrupta e repentina, de uma Terceira Guerra Mundial? Assim, por falta de maior clareza e falha em explicitar as razões que suscitaram a escolha do título da Unidade II Figueira desperdiça a oportunidade de concatenar os capítulos em uma noção agregadora.

O capítulo específico em que *História em foco* trata da Revolução Russa foi subdividido em 5 marcadores: 1. A Rússia antes da revolução; 2. A Revolução de 1905: surgem os soviets; 3. Guerra e revolução; 4. A NEP e a estabilização do regime e 5. O totalitarismo stalinista.

Antes, porém, de adentrar efetivamente nas etapas que descrevem a Revolução Russa, Figueira adicionou uma espécie de introdução ao capítulo. Assim, acerca do que professor e alunos irão estudar, o autor assevera:

Depois de três anos de participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Rússia foi sacudida por duas revoluções que acabaram destruindo o regime czarista e, em seguida, o próprio sistema capitalista em todo o antigo Império Russo. O primeiro movimento revolucionário ocorreu em março de 1917 (fevereiro, pelo calendário russo) em São Petersburgo, capital e cidade mais industrializada do país. A Revolução de Fevereiro, como foi chamada a revolta, provocou a queda do czar (rei) Nicolau II. Era o início de um intenso processo revolucionário que levaria à Revolução de Outubro de 1917, da qual surgiria a União Soviética, primeiro Estado no mundo a adotar o sistema socialista. A partir de então, grande parte da história do século XX seria marcada por profunda rivalidade entre o capitalismo e o socialismo (FIGUEIRA, 2011, p. 60, os grifos são originais).

Ao que tudo indica, Figueira considera intercambiáveis os termos “revolução” e “revolta”. O “processo revolucionário”, por sua vez, ressentem-se da falta de agentes a conduzi-lo. Quem eram os revolucionários? Estavam lutando contra o capitalismo? Era essa a sua bandeira? Tinham em mente, desde sempre, a implantação de um sistema socialista? Antes, o regime que passou a vigorar no Estado nascido da revolução, encontrava-se pronto e acabado quando os eventos tiveram início?

O resultado da revolução se restringiu a instaurar uma “profunda rivalidade” entre as duas ideologias? E a população do antigo Império Russo foi beneficiada com o movimento que “destruiu” o regime czarista? Com efeito, essas são algumas das inúmeras indagações que o texto introdutório suscita e que, assim se espera, sejam respondidas por História em foco ao longo das páginas que detalham a Revolução Russa.

Figueira entende ser necessário expor, sucintamente, o cenário socioeconômico da Rússia antes da eclosão da revolução. Informa que o país era marcado por uma “economia predominantemente agrícola” e que a ampla maioria da população vivia no campo. Cumpre sublinhar que os camponeses viviam “em condições semifeudais” e, portanto, estavam condenados “à miséria” (FIGUEIRA, 2011, p. 61).

Por sua vez, a Rússia também foi palco de um “acelerado processo de industrialização financiado por capitais estrangeiros” que, não obstante, relegava os operários a receberem “baixos salários”, a viverem “em péssimas condições” e estarem submetidos a “jornadas de trabalho de até quinze horas” (FIGUEIRA, 2011, p. 61). Em suma, condições de vida precárias no campo e na cidade. A fórmula para uma revolução estava quase inteiramente montada. O que faltava para completar os termos e desencadear a revolução? Aquilo que deve ter estado ausente nos outros países do mundo: “intelectuais e militantes socialistas” exercendo influência crescente sobre as classes proletárias (FIGUEIRA, 2011, p. 61). Além dessas condições, cabe destacar que se vivia na Rússia sem “liberdade de opinião”, sem “eleições livres” e sem “direitos democráticos” (FIGUEIRA, 2011, p. 61). A despeito dessas restrições, vários partidos políticos existiam no solo russo. Essas agremiações partidárias, todas de oposição, divergiam, contudo, quanto aos meios para concretizar seus objetivos. De qualquer maneira, Figueira fica devendo uma elucidação em torno da existência de partidos políticos diante de um Estado absolutista que vetava eleições livres. Eram clandestinos? Eram tolerados pelo regime, fazendo papel de meros figurantes em eleições de cabresto?

Na sequência, Figueira discorre, em quatro parágrafos, sobre a Revolução de 1905, destacando, como subtítulo, o surgimento dos soviets (FIGUEIRA, 2011, p. 61). Os fatos parecem encadear-se em uma lógica que conduziu o processo revolucionário quase automaticamente. Assim, a derrota da Rússia para o Japão na guerra pelo controle da Manchúria acarretou o agravamento da “miséria das camadas baixas da

população” e a “desmoralização dos governantes”. Isso foi o estopim para “manifestações de protesto popular” por toda a parte e uma dura repressão como resposta do poder central (FIGUEIRA, 2011, p. 61).

O episódio conhecido como Domingo Sangrento fez surgir “um grande movimento revolucionário” que teve como uma de suas consequências o aparecimento dos “primeiros soviets (conselhos) de operários” (FIGUEIRA, 2011, p. 61). A criação da Duma, “uma espécie de parlamento”, e a adoção de uma Constituição, ambos por iniciativa do czar são interpretados por Figueira como duas medidas adotadas pelo monarca que tiveram o poder de frear o ímpeto revolucionário das ruas. Mais que isso, o czar logrou a divisão da oposição e garantiu-lhe força extra para “colocar na ilegalidade os soviets operários e prender ou exilar os líderes oposicionistas mais atuantes” (FIGUEIRA, 2011, p. 61).

Assim que os estudantes e/ou o professor viram a página, deparam-se com o terceiro tópico do capítulo intitulado “Guerra e revolução”. Já na primeira afirmação, descobre-se que os anos se passaram e a Rússia está às voltas com o agravamento dos conflitos sociais em decorrência dos “sacrifícios humanos e econômicos” ocasionados pela participação do país na Primeira Guerra Mundial (FIGUEIRA, 2011, p. 62).

A situação fica periclitante de tal maneira que o racionamento de comida se fez necessário. Greves, então, começaram a ocorrer. A reação das autoridades, ordenando a dispersão dos manifestantes, acelerou o processo revolucionário. Com efeito, grupos de soldados, “cansados de reprimir os trabalhadores”, insurgiram-se contra seus superiores e uniram-se aos manifestantes. Esta união inesperada e espontânea proporcionou, assim, uma reviravolta espetacular:

O arsenal da cidade foi assaltado e um prédio público incendiado. Soldados e trabalhadores marcharam então contra o palácio do czar e o ocuparam sem resistência. Dias depois, o czar abdicou do trono em favor do irmão Miguel, que também foi convencido a renunciar. Assim, o czarismo chegava ao fim (FIGUEIRA, 2011, p. 62).

Nota-se, por conseguinte, que o protagonismo da revolução, muito embora Figueira não denomine a queda do czar como tal, esteve por inteiro nas mãos de trabalhadores e soldados. Onde estavam os partidos de oposição? Onde estavam os intelectuais e militantes socialistas? Por sua vez, por que o czar e seu aparato burocrático-militar não resisti-

ram à vaga popular que invadiu seu palácio? Sua abdicação foi o resultado de alguma negociação com as massas ou sua vida esteve ameaçada?

A despeito dessas indagações não respondidas, História em foco sinaliza que a Revolução Russa entrava, assim, na sua primeira fase. Caracterizada, por sua vez, pela formação de um Governo Provisório pelos membros “do partido da burguesia, os kadetes” (FIGUEIRA, 2011, p. 63). Figueira registra a situação de “duplo poder” que se instaura neste momento, à medida que o soviete de Petrogrado, “organizado no calor da revolta popular”, exerce uma espécie de poder informal já que, para os trabalhadores, era este conselho quem exercia “o verdadeiro governo da Rússia” (FIGUEIRA, 2011, p. 63).

A nova fase da Revolução, sustenta Figueira, será uma decorrência do agravamento da “crise” (FIGUEIRA, 2011, p. 63). Ao que tudo indica, a referida crise emerge do atrito entre o Governo Provisório e os soviets. Nesse contexto, informa-se que os exilados políticos receberam permissão para voltar. Lenin – a respeito de quem o leitor toma conhecimento sumário em um box na página 63 –, um destes exilados, assume um papel decisivo à frente dos bolcheviques. Graças a Trotski, outro exilado político, organiza-se a Guarda Vermelha, uma milícia operária, cujo propósito central é “enfrentar as tentativas de golpes de Estado provenientes da alta cúpula militar” (FIGUEIRA, 2011, p. 63). Ou seja, a extinção do czarismo não implicou a aceitação da República, pois membros das forças militares permaneciam lançando ataques ao governo instalado. Uma informação que poderia ser mais bem detalhada, mas que História em foco menciona quase incidentalmente.

No entanto, os eventos dão a impressão de ocorrerem em ritmo acelerado, em regime de urgência. Assim, a crise – seja ela qual for – chega ao seu fim com a deposição do Governo Provisório pelos bolcheviques no dia 25 de outubro de 1917. Como se deu essa deposição? Houve derramamento de sangue? Os trabalhadores comemoraram? Qual o destino dos líderes do Governo Provisório? Docentes e discipulos, caso despertem o interesse por essas questões, precisarão recorrer a outras obras, pois Figueira entendeu não ser necessário tratar do assunto.

O que importa é assinalar que Lenin se torna o presidente do Conselho de Comissários do Povo e toma as medidas “longamente anunciadas pelos revolucionários: institucionalização dos soviets como órgãos de poder, reforma agrária com ampla distribuição de terras aos

camponeses, nacionalização dos bancos” (FIGUEIRA, 2011, p. 63). No início do ano seguinte, “o governo de Lenin e Trotski” afasta a Rússia da guerra – sim, há uma guerra acontecendo no mundo e os russos ainda estão nela – e, como parte do tratado assinado, o país ficava obrigado a “pagar uma indenização de um bilhão e meio de dólares à Alemanha” (FIGUEIRA, 2011, p. 63).

Ao virar novamente a página, docente e discentes deparam-se com o subtítulo “A guerra civil”. O ocorrido é registrado em dois curtos parágrafos e tem sua motivação indicada pelo fato de “os proprietários de terras e os capitalistas, inconformados com a perda de seus bens, pegaram em armas contra o governo revolucionário” (FIGUEIRA, 2011, p. 64). Não apenas isso, mas os revoltosos obtiveram o apoio de “vários países europeus” que, segundo Figueira, não viram com bons olhos a remota possibilidade de os “ideais socialistas” difundirem-se pelo continente e, por consequência, “enviaram tropas para ajudá-los a retomar o poder” (FIGUEIRA, 2011, p. 64). Contudo, o Exército Vermelho, coordenado por Trotski, “esmagou as forças inimigas” (FIGUEIRA, 2011, p. 64). Nesse contexto, Lenin tomou medidas “radicais” para garantir a produção e o abastecimento. Assim, os salários foram abolidos, as fábricas com mais de cinco operários foram estatizadas e os camponeses foram obrigados a entregar suas colheitas ao governo.

Na sequência, Figueira expõe a “NEP e a estabilização do regime”. Com efeito, a vitória sobre os contrarrevolucionários deixou como resultado um país arrasado. Assim, observou-se uma redução dramática da produção no país e a eclosão de revoltas e a recusa dos camponeses de entregarem sua produção ao governo. Calcula-se, afirma *História em foco*, que “5 milhões de pessoas tenham morrido de fome em 1921” (FIGUEIRA, 2011, p. 64).

A gravidade da situação, portanto, obrigou Lenin a instaurar a Nova Política Econômica (NEP), que foi bem-sucedida, à proporção que, “entre 1922 e 1924, a produção da Rússia aumentou quatro vezes” (FIGUEIRA, 2011, p. 64). Como Figueira salienta, a NEP tratou-se, “na verdade, de um retorno parcial a formas de economia capitalista para superar a crise” (FIGUEIRA, 2011, p. 64).

Uma guinada na Revolução, contudo, veio a acontecer em decorrência da morte de Lenin em 1924. *História em foco* assinala que o vazio no poder deu lugar a uma disputa entre “Trotski e o secretário-geral do Partido Comunista, Josef Stalin” (FIGUEIRA, 2011, p. 64). A vitória des-

te último foi um mau negócio para Trotski, que passou a ser perseguido e sofreu uma série de punições. Assim:

Em 1925, Trotski perdeu o posto de comissário do povo para a Guerra; em 1927, foi desligado do Partido; e, em 1929, acabou expulso da União Soviética. Rejeitado pelos governos dos países capitalistas da Europa, refugiou-se no México, onde se exilou com o apoio do presidente nacionalista Lázaro Cárdenas. Ali seria assassinado, a mando de Stalin, em 1940(FIGUEIRA, 2011, p. 64).

Para encerrar o capítulo, Figueira apresenta as linhas gerais do “totalitarismo stalinista”. Nesse sentido, professor e estudantes são convencidos de que o governo de Stalin ficou marcado “pela repressão política aos dissidentes comunistas”. Mais que isso, História em Foco faz questão de enfatizar que, com Stalin, “o poder soviético perdeu suas características revolucionárias iniciais” (FIGUEIRA, 2011, p. 64).

Mesmo a adoção dos planos quinquenais, que envolviam “rígida planificação central e alto controle do Estado sobre a economia”, e que foram capazes de proporcionar à indústria um crescimento assombroso de 8,5 vezes durante o intervalo entre 1928 e 1940 – cumpre lembrar que em 1929 houve a quebra da Bolsa de Nova York –, não mitigam a necessidade de o autor do livro didático salientar que o governo stalinista “impôs a coletivização das terras e dos rebanhos por meio da violência, assassinando em massa os camponeses que resistiam à medida” (FIGUEIRA, 2011, p. 64).

A sanha destruidora do governante totalitarista não poupou ninguém. Figueira fala em “esmagamento dos soviéticos”, “violenta perseguição” aos que se opunham ao ditador. Por conseguinte, no imaginário dos estudantes que utilizarem História em Foco em sala de aula ficará impressa a noção de que:

No período de 1936 a 1944, cerca de 7 milhões de pessoas foram presas e milhares de comunistas que reivindicavam um processo democrático acabaram condenados à morte nos “processos de Moscou”, como ficaram conhecidos os julgamentos montados pelo governo stalinista(FIGUEIRA, 2011, p. 64).

Por fim, se uma palavra tivesse que ser escolhida para resumir os rumos da Revolução após a chegada de Stalin ao poder, esta palavra

seria catástrofe. Com efeito, História em Foco encerra o capítulo asseverando “o socialismo estatal-burocrático de Stalin foi a negação dos ideais de Marx e dos primeiros pensadores socialistas” (FIGUEIRA, 2011, p. 64).

Novo Olhar História

Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg são os responsáveis por essa obra que discute a Revolução Russa na Unidade 3. Nesta Unidade, professor e estudantes também são apresentados ao processo histórico da Primeira Guerra Mundial. Muito embora a Unidade se proponha a trazer os dois processos históricos, sua introdução se mostra marcadamente desequilibrada. Em um texto com três parágrafos, no qual os autores discorrem sobre o conflito que assolou a Europa a partir de 1914, a Revolução Russa aparece quase como um incidente histórico.

Com efeito, no texto introdutório, após esclarecer quais assuntos serão tratados acerca do conflito bélico mundial, os autores informam que, “além disso, estudaremos as consequências de uma revolução ocorrida na Rússia em 1917, que tornou esse país o primeiro da história a implantar um sistema socialista” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 61).

Os autores, para explicar a Revolução Russa em um “novo olhar”, optam por iniciar sua exposição assinalando as condições da Rússia no período que antecedeu a Revolução. Por conseguinte, são enfatizados: governo autocrático e maioria da população vivendo em áreas rurais, empobrecida, sujeita à fome e ao analfabetismo.

Em seguida, os autores sublinham a modernização do Império Russo por meio de “reformas nas forças armadas, investimentos em obras públicas e construção de ferrovias” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 61). Tal iniciativa, no entanto, aprofundou as “desigualdades sociais na Rússia czarista”. Nesse sentido, o aumento drástico de impostos e o financiamento estrangeiro foram necessários para alcançar os resultados pretendidos – mas não indicados pelos autores – pelo czar. Mais que isso, formou-se uma “camada de operários mal remunerados” e uma “burguesia industrial enriquecida” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 61).

Em reforço de sua argumentação, os autores transcrevem o pensamento de Daniel Aarão Reis Filho em que se evidenciam as consequências imediatas da industrialização do país (2003). Com efeito, nas palavras do historiador, “progresso e atraso em doses tão desproporcio-

nais constituíam uma perigosa mistura de arrogância e de ressentimento. Segundo as circunstâncias, a combinação poderia gerar explosões imprevisíveis” (REIS FILHO, 2003, p. 71).

A “oposição ao czarismo”, por sua vez, não emergiu do seio da população explorada, mas como reflexo da “difusão de ideologias como o socialismo, inspirado nas ideias de Marx” e por meio do advento “de partidos de oposição à autocracia do czar Nicolau II” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 71). Assim, cumpre que se saliente, os autores apresentam o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) e suas subdivisões em um box no final da página e com letras em tamanho reduzido.

Quando docente e discentes viram a página se deparam com dois subtítulos: revoltas populares e a queda do czar. Por conseguinte, as revoltas, de acordo com o texto, irromperam – as “explosões imprevisíveis” de Reis Filho – em decorrência da piora das condições de vida da maioria da população pobre ocasionada pelas derrotas sofridas pela Rússia em uma disputa armada “com o Japão para obter o domínio sobre os territórios da Coreia e da Manchúria” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 72). Por que o czar se aventurou em um conflito com o Japão? Nenhuma palavra é dada pelo trio de autores.

As revoltas populares e greves se espalharam, muito embora, convém sublinhar, os trabalhadores se manifestassem de modo pacífico reivindicando unicamente “melhores salários e redução da jornada de trabalho” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 72). A falta de disposição para o diálogo por parte do czar se patenteia quando este determina que os guardas imperiais ataquem os manifestantes.

O Domingo Sangrento e a criação dos sovietes, “conselhos formados por delegados eleitos por operários, camponeses e soldados”, assinalam o recrudescimento das contestações à autoridade do czar. No intuito de debelar a oposição popular e manter-se no poder, o czar “criou a Duma, um parlamento formado por deputados eleitos pelo povo que auxiliavam nas decisões políticas, e legalizou os sindicatos dos trabalhadores” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 72). A queda do czar, no entanto, mostrou-se inevitável, pois o aumento da pobreza da população, em decorrência da participação russa na Primeira Guerra Mundial, elevou a insatisfação geral com o governante. Os autores acrescentam uma “onda de fome” no inverno de 1917 a tornar a situação ainda mais insustentável. Assim:

A população, então, organizou várias greves, saqueou lojas e depredou tribunais e delegacias. Nem mesmo os soldados reagiram contra a população, pois apoiavam os revoltosos. Sem ter como retomar o controle da situação, o czar Nicolau II foi obrigado a abdicar em março de 1917 (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 72).

Como ficou a Rússia após a queda do czar? As massas celebraram sua vitória? E os partidos de orientação marxista, como reagiram a uma revolução na qual, aparentemente, não tiveram qualquer papel de destaque? Note-se que essas indagações apontam aquilo que os autores não consideraram relevante abordar. Mais que isso, o “governo provisório”, ou seja, a administração do Império Russo após a deposição do czar, foi relegado a um box no fim da página e com letras em corpo reduzido.

É curiosa a escolha dos autores. O que fez o governo provisório? Consoante *Novo Olhar História*, “realizou importantes reformas, como a regularização da jornada de oito horas de trabalho e a garantia dos direitos de liberdade de imprensa e de organização política” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 72). Mas não foi por isso que, basicamente, os trabalhadores desencadearam a revolta contra o poder autocrático do czar? E quando, enfim, suas demandas foram atendidas, o fato merece apenas um box no fim da página.

“O governo provisório”, asseveram os autores de *Novo Olhar História*, “não podiam mais conter a revolta popular” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 73). Revolta popular? Quais as origens da insatisfação das massas? É preciso, no entanto, inferir que a revolta decorreu do atraso na execução da reforma agrária, à proporção que os autores sublinham que “os camponeses já estavam fazendo a reforma agrária, ocupando as terras dos nobres da Igreja Ortodoxa, que apoiavam o governo do czar” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 73). O “já” da frase destacada aponta para uma possível impaciência por parte dos camponeses. E, no limite, atestaria a dita “revolta popular”.

Um golpe militar frustrado, liderado por certo general Kornilov, acentuou a fragilidade do governo provisório. Os soviets de Petrogrado, consoante os autores, salvaram o governo provisório, combatendo e derrotando as tropas comandadas pelo general. Foi nessa circunstância que “Lenin e Trosky, os principais líderes bolcheviques, articularam então a insurreição, que teve início na noite do dia 24 de outubro” (PELLE-

GRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 73). Os bolcheviques, então, “tomaram o poder” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 73).

Com o subtítulo “o governo bolchevique”, os autores elencam as várias mudanças realizadas a partir do momento em que o poder foi tomado: estatização da marinha mercante, dos bancos e das fábricas; extinção dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses “de acordo com as necessidades e a capacidade de trabalho das famílias” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 73); abolição do ensino religioso nas escolas e, por conseguinte, priorização da educação laica; adoção do regime de partido único e adoção de um novo nome pelo Partido Bolchevique, que passou a ser chamado de Partido Comunista.

O Tratado de Brest-Litovsk, assinado pelo governo bolchevique e o governo alemão que retirou a Rússia da Primeira Guerra Mundial e trouxe graves consequências para a Rússia, a despeito de sua relevância política e dos rumos que imprimiu ao conflito em andamento no restante do mundo, foi relegado a um box no fim da página e com letras em corpo reduzido.

Virando a página, professor e estudantes encontram dois marcadores: “O Exército Vermelho e a guerra civil” e “A Nova Política Econômica”. No que tange ao primeiro subtítulo, os autores informam que a guerra civil eclodiu quando “grupos anticomunistas” formaram uma coalisão “para derrubar o regime socialista implantado pelos bolcheviques” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 74). A conjunção de forças reunidas para dar cabo da revolução contava com “antigos oficiais fieis ao czarismo, grupos liberais, mencheviques e mesmos socialistas que estavam descontentes com o poder concentrado pelo Partido Comunista” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 74). E não só esses grupos, pois países capitalistas, como Inglaterra, França, Estados Unidos e Japão, deram um significativo apoio por meio do envio de tropas e apoio material.

Para enfrentar os inimigos da revolução, Trotsky organizou o Exército Vermelho, “formado por três milhões de homens treinados sob rígida disciplina e motivados por intensa propaganda comunista” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 74). O “comunismo de guerra” foi implantado e, como uma de suas medidas, “a estatização da economia foi levada ao extremo” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 74). Esse esforço, por sua vez, assegurou a vitória do Exército Vermelho, apesar de um “saldo de milhares de mortos” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 74).

A “Nova Política Econômica”, portanto, se justificou, consoante os autores, no sentido de “recuperar o país, arrasado pelo conflito” e recons-

truir o que “havia sido destruído” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 74). A NEP, assim, significou um “recoo estratégico de retorno ao capitalismo para em seguida avançar ainda mais no fortalecimento do socialismo” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 74). As medidas advogadas por Lenin foram bem-sucedidas? Ele conseguiu recuperar a economia do país? De que forma os demais países do mundo reagiram às mudanças implantadas pelo Partido Comunista? E os socialistas europeus, como foram impactados? Indagações que, se feitas pelos alunos, não encontrarão resposta em *Novo Olhar História*.

Encerrando o capítulo sobre a Revolução Russa, o subtítulo “A ditadura de Stalin” induz os leitores para o que os aguarda. Nesse sentido, os autores frisam que a morte de Lenin foi o estopim para uma disputa pelo poder “entre Stalin, então secretário-geral do Partido Comunista, e Trotsky, o comissário do povo para a guerra” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG,2013, p. 75).

A disputa, no entanto, pendeu para Stalin que

Conseguiu expulsar Trotsky do país e passou a exercer o poder absoluto, realizando expurgos dentro e fora do partido, eliminando a maioria dos revolucionários que lutaram ao lado de Lenin. Nascia, assim, a ditadura stalinista, marcada pela rigorosa censura à imprensa e pelo rígido controle sobre a sociedade (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 75).

Em síntese, a Revolução Russa, que levou à queda de um governante autocrático e opressor, após conquistas e mudanças significativas para a população mais pobre por conta de medidas adotadas por Lenin e os bolcheviques, viu suas aspirações frustradas com a ascensão de um ditador sanguinário.

Acompanhando a construção narrativa dos autores de *Novo Olhar História*, o povo, crucial para a revolução em seu primeiro momento, foi perdendo, de certa maneira, o protagonismo, à proporção que os intelectuais tomaram para si o controle do país. Mais que isso, corroborando o seu virtual desaparecimento na reconstrução dos passos da Revolução Russa, eles não aparecem, quer para comemorar as resoluções da NEP, quer para lamentar amargamente a instauração da ditadura stalinista.

Ademais, na introdução da Unidade, os autores prometeram tanto ao professor quanto aos alunos que seria realizado um estudo acerca das consequências “de uma revolução” ocorrida na Rússia em 1917.

Quais foram, por conseguinte, as consequências? Teria sido a conjunção de forças, internas e externas, para derrubar os bolcheviques? Ou teria sido a ditadura de Stálin?

IV. Comparando as abordagens dos livros selecionados observa-se que todos os autores seguem um mesmo padrão na descrição da Revolução Russa. Ou seja, iniciar apresentando a precariedade com que mais de 80% da população vivia e sublinhando um governante autoritário e absolutista, indiferente às demandas de seus governados.

Na sequência, mostra-se obrigatório destacar o protagonismo dos trabalhadores industriais, responsáveis por manifestações e greves, e a violenta repressão pelo czar insensível. Que, por sua vez, explica a formação dos soviets. Não importa, porém, para os autores explicitar as discussões ocorridas no âmbito desses conselhos de operários, camponeses e soldados. A impressão que fica é a de uma mobilização espontânea, ocasionada como reação aos desmandos do czar. Implica dizer, sem uma plataforma política definida. Com efeito, consoante os livros didáticos, nenhum soviete aparentava pretender depor o czar, insinuando que o horizonte de expectativas das massas era bastante limitado. Tanto que se pode inferir que a ascendência dos bolcheviques como líderes da revolução em 1917 se deveu, por conseguinte, à acomodação das massas e a uma falta de discernimento no que tange às mudanças concretas a serem realizadas.

Surpreende, de certa maneira, que as obras didáticas selecionadas, excetuando-se *Novo Olhar História*, indicam nas suas bibliografias o livro de John Reed, o mundialmente famoso “Dez dias que abalaram o mundo”. Com efeito, o jornalista apresenta documentos engendrados por operários e marinheiros expressando as insatisfações das massas populares para com os socialistas “moderados”. Nesse sentido, Reed postula que a perda de confiança do povo em relação aos mencheviques acarretou, de forma direta, “o crescimento dos bolcheviques” (REED, 2010, p. 55).

Ademais, as massas vão, nos livros didáticos, gradativamente assumindo papel secundário e se tornando beneficiárias das medidas adotadas por Lenin e Trotsky. A propósito, as antigas elites que viviam em torno do czar viram forças contrarrevolucionárias que, com o apoio de nações capitalistas, tentam retomar o poder e extinguir a primeira experiência socialista da história. Estudantes perspicazes não encontrarão dificuldades em traçar paralelos entre esse fato e uma coalisão similar de nações absolutistas contra os revolucionários franceses no bojo da revo-

lução de 1789. Um detalhe, no entanto, que não foi citado por nenhum dos livros didáticos selecionados.

Os esforços de Lenin para reerguer a Rússia após a retirada do país da Primeira Guerra Mundial, na assim chamada NEP, ficam como um registro descarnado. As medidas são tratadas impessoalmente, como decisões administrativas tomadas de cima para baixo e saídas da cabeça do líder bolchevique. Nenhuma linha é ocupada com o quanto a vida dos trabalhadores foi modificada para melhor.

De fato, os aspectos positivos da revolução socialista ficam eclipsados quando os autores dos livros didáticos, repetindo a cantilena anticomunista, resumem os anos seguintes à morte de Lenin como um período sombrio no qual, assim se pode inferir, todos os sonhos dos revolucionários foram abandonados em virtude da instauração da temível e execrável “ditadura stalinista”.

Aliás, Stálin surge nos livros didáticos selecionados apenas após a morte de Lenin e já envolvido no âmbito de uma disputa de poder com Trotsky. Nenhum dos autores menciona que o georgiano, entre 1905 e 1907, teve atuação destacada na revolução à proporção que foi o “organizador das ações armadas – sabotagens, expropriações bancárias – dos comunistas georgianos”. Ademais, a derrota do movimento revolucionário lançou-o num “ativismo intenso: nos dez anos seguintes, entre prisões e fugas, viaja ao exterior, trava contato pessoal com Lenin, escreve seu primeiro texto significativo (O Marxismo e o Problema Nacional, 1913) e, já conhecido no aparelho clandestino do partido, é cooptado para o seu comitê central” (NETTO, 1986, p. 11).

No entanto, como frisa José Paulo Netto, acerca de Stalin e suas ações à frente da Revolução, convém ter a clareza de que:

Os homens podem sempre desempenhar papéis decisivos nos acontecimentos históricos – afinal, a história não é outra coisa que o resultado, o produto das ações humanas. Contudo, os homens não fazem a história a seu bel-prazer, arbitrariamente: fazem-na em situações muito determinadas, em condições que não escolhem e que escapam ao seu controle (NETTO, 1986, p. 9).

Entretanto, a demonização do dirigente da União Soviética opera no sentido de obnubilar quaisquer avanços socioeconômicos advindos de sua administração. Mais que isso, o período stalinista, inserido nos

três livros didáticos, nos capítulos referentes à Revolução Russa e não em outro lugar alhures, presta-se ao serviço de ideologicamente sublinhar a “traição” aos princípios revolucionários de seus idealizadores. Implica dizer, por meio desse recurso, professores e estudantes findam por ter mais motivos para lamentar do que celebrar a revolução bolchevique.

Referências

APOLINÁRIO, Maria Raquel. (Ed.). **Projeto Araribá: história**. São Paulo: Moderna, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos em métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERRO, Marc. **A revolução russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FIGUEIRA, Divate Garcia. **História em foco**. São Paulo: Ática, 2010.

GOLDMAN, Wendy. (2014). **Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NETTO, José Paulo. **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **Novo olhar história**. São Paulo: FTD, 2013.

REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Penguin Clássicos Companhia das Letras, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “As revoluções russas”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). **O século XX: o tempo das crises**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, p. 35-60.

_____. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora UNESP (Coleção Revoluções do Século XX), 2003.

SADER, Emir. **Século XX, uma biografia não-autorizada: o século do imperialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

Recebido em junho/2017

Aceito em julho/2017